

PARECER Nº : 1339/12
PROTOCOLO Nº : 11.624.493-4
INTERESSADA : Superintendente de Infra-Estrutura
ASSUNTO : Indicador econômico a ser utilizado pela autoridade sanitária em razão de infração à Lei nº 16.239/09.

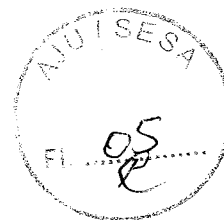
CONSULTA

Através do Memorando nº 1.109/12 – DEVS/SVS, o Departamento de Vigilância Sanitária nos solicita esclarecimentos no que concerne ao **indicador econômico a ser utilizado pela autoridade sanitária, tendo em vista que a Lei nº 16.239/09, refere-se a UFP/PR (valor cotado para o mês de agosto é de R\$ 67,89) estabelecendo uma multa no valor de R\$ 6.789,00, enquanto que o Decreto nº 6.352/10, que regulam a referida lei, estabelece que as sanções a serem aplicadas são aquelas preconizadas no Código Sanitário Estadual, ou seja, FCA (valor cotado para o mês de agosto é de R\$ 1,7692), estabelecendo uma multa entre os valores de R\$ 176,92 (100 FCA) e R\$ 17.692,00 (10.000 FCA), dependendo da classificação da infração.**

ANÁLISE E PARECER

Em análise ao teor da Lei nº 16.239/09, art. 7º, § 3º, anexa, verifica-se que : *“A infração ao disposto nesta lei acarretará a aplicação de multa, ao infrator definido no § 1º deste artigo, equivalente a 100 UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná ou outro índice oficial que, eventualmente, venha substituí-la”.* (grifo nosso)

O Decreto nº 6.352/2010, anexo, (regulamenta a Lei nº 16.239/09), em seu art. 10, assim preceitua: *“O empresário, proprietário, sócio ou responsável pelo estabelecimento que se omitir na adoção das medidas a que se refere o art. 8º deste decreto ficará sujeito às sanções previstas no Código Sanitário do Estado do Paraná e /ou dos municípios do Estado do Paraná e legislações específicas”.* (grifo nosso)



O dispositivo da supracitada lei **faculta outro índice que por ventura venha substituir a UPF/PR**. Já, as sanções previstas no Código Sanitário do Estado, estão elencadas no seu art. 55, dentre as quais a imposição multa pecuniária, onde no parágrafo único e incisos refere-se em **Fatores de Correção e Atualização (FCA)**. Sendo assim, com a regulamentação da lei pelo Decreto nº 6.352/10, ficou estabelecido que o infrator à Lei nº 16.239/09 ficará sujeito às sanções previstas no Código de Saúde do Paraná.

Como vemos, o que antes se facultava, com o advento do decreto regulamentador da lei “Anti Fumo”, impões-se o disposto do Código de Saúde do Paraná no que se refere às infrações a supracitada lei.

Posto isto, sugerimos o encaminhamento do presente ao DEVS para ciência e providências que o caso requer.

S.M.J. é o parecer.

Assessoria Jurídica, 16 de agosto de 2012.

Paulo Fernando Botto Carvalho
Advogado

Aprovo o parecer.
Em, 16/08/12.

Dr. Carlos Alexandre Lorga
Assessor Jurídico - SESA